



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

13. FÔRÇAS ARMADAS

BELO HORIZONTE, MG, 28 DE FEVEREIRO

PERANTE A OFICIALIDADE DO 12º REGI-
MENTO DE INFANTARIA, NO ALMOÇO QUE LHE
FOI OFERECIDO.

Senhores Oficiais:

Na manhã de 28 de fevereiro de 1921 eu me apresentava, como aspirante a oficial, a esta unidade, o 12.º Regimento de Infantaria. Iniciava-me nas responsabilidades do oficialato militar. Trazia de Realengo entusiasmo pela carreira das armas, curiosidade pelo exercício das múltiplas funções que ia desempenhar e a convicção de poder bem servir ao Brasil. E aqui trabalhei em dois períodos, num total de cinco anos, deixando este quartel ainda como primeiro-tenente..

A emoção que experimento, passados 45 anos, vindo agora como oficial da reserva e mesmo na qualidade de comandante supremo das Forças Armadas, não é maior do que a dominante no espírito do jovem militar de 1921. Naquela ocasião, eu tinha pela frente um futuro aberto, as perspectivas da hierarquia e o desejo de realizar; agora, as recordações dos tempos em que aqui servi, da longa marcha pela tropa, escolas, estados-maiores e comandos, em três campanhas internas e na da FEB, e terminada como General-de-Exército, na chefia do Estado-Maior do Exército. A 28 de fevereiro de 1921, sentia o fascínio da profissão que abraçara e à qual exclusivamente me dediquei, e, neste momento, sou recebido com a generosa acolhida dos camaradas do 12º Regimento de Infantaria de 1966 e tenho a oportunidade de um relance sobre a minha vida militar. A emoção que provo neste singular convívio se junta a consciência do dever cumprido e de que muito devo a este corpo de tropa e tudo ao Exército. E, falando

nesta sala de instrução de oficiais, em circunstâncias tão enobrecedoras para mim, o reconhecimento e a franqueza são os acentos essenciais da linguagem de um camarada mais velho, alvo do aprêço dos oficiais de sua mais antiga unidade.

Encontrei, naquela época, o Regimento coeso pelo tirocínio da instrução e pela prática da disciplina. Gente simples, ciosa dos atributos militares e com espírito de corpo. Excedeu a minha expectativa o conjunto dos sargentos, em regra bem compenetrados de suas funções, e que logo me deram a impressão de constituírem a parte mais estável da tropa. Os oficiais aos quais me apresentei eram de vários tipos, desde o intelectual até os circunscritos à tarimba, todos, porém, recepcionando, singelamente e com discreta camaradagem, o novato. Reencontrei-me, em minhas íntimas recordações, com a figura de meu velho pai, que eu vira de perto nas Guarnições do Nordeste e de Rio Pardo, e passei então a considerá-lo um exemplar do Exército do fim da monarquia e do primeiro quarto de século da República.

Acantonado no calafate vi construir-se êstes pavilhões e, logo depois, aqui todo o Regimento se aquartelou. Mais de 1.000 homens aqui se instruíam e se renovavam sob a bandeira e a flâmula da Unidade.

Encetei a vida de caserna participando de uma tumultuada ruptura dos processos de combate de antes da Primeira Grande Guerra para a adoção da tática já então ensinada nas escolas pela Missão Militar Francesa. A luta que presenciei entre o velho e o nôvo foi breve, caindo passo a passo as restrições dos preconceitos e ficando para trás a passividade da preguiça intelectual. Constituiu isso ensinamento para tôda a minha carreira, uma lição sempre presente para mim em outras fases decisivas da nossa evolução militar. Quando mais tarde, na Escola de Comando e Estado-Maior, entrei, como Diretor de Ensino, na encarniçada peleja para admitirmos de vez a organização e a tática advindas da experiência da Segunda Grande Guerra, eu me recordava das discussões aqui travadas e verificava, mais uma vez e em maior escala, que só é possível empreender as mutações de estruturas com o ideal da sobrevivência da instituição e de posse de vigo-

rosas forças do espírito, além do conhecimento aprofundado do que envelhece e do que pode ser inovado. Militares inconformados com as marcas dos tempos modernos acusam os propugnadores de transformações nas Forças Armadas de mentalidade deformada por terem vivido o cotidiano do quartel ou confinados em estreitos limites do Exército. A visão dos críticos é comprometida, sobretudo, pela presunção de muita sabedoria e pelo dogmatismo pretencioso. Não constróem, nem colaboram. O profissional de qualquer uma das três Forças, ou evolui com os avanços da sua época, ou se atrasa por circunstâncias várias, ou fica à margem, bloqueado pelas injunções de defender uma posição personalista, enfundado com a afetação de dono incontestável de idéias, que julga serem as únicas válidas para a sua Corporação. São piores do que os tardios, pois, para construir, não são comunicativos no plano do pensamento, muito menos no do debate, e praticamente comportam-se como se não tivessem idéias. E permanecem ilhados no seu isolacionismo profissional, dissociados da evolução e, absolutamente, inadequados à realidade militar brasileira.

O 12.º Regimento de Infantaria propiciou-me essa compreensão do mutável e da necessidade, mesmo como peça modesta, de o oficial conviver com as idéias e o espírito do tempo. Mas não foi só isso o que aprendi. Nesta elevação topográfica, o oficial tem meios e tempo para se adestrar e horizonte para procurar os sinais do futuro das instituições militares e de sua própria carreira. Na praça e nos terrenos variados de exercícios diários e de manobras, o 12º Regimento de Infantaria deu-me particularmente uma larga base para o desempenho das tarefas de instrutor e de comandante. Enquadrado na Segunda Companhia, seduziam-me as funções de instruir os meus soldados e de efetivamente comandá-los. Nas jornadas do dia-a-dia e nas especiais procurava dominar os segredos de ensinar, dirigir e controlar a minha tropa, de identificar-me com homens de características das mais variadas. Sentia a profissão, no começo, ora áspera, ora atraente pelos resultados e preocupações psicológicas. O mais difícil consistia, como prescrevia o manual, em me tornar exemplo para os intruendos e subordinados. A experiência ampliou-se em quase um ano de campanha ao longo dos rios Paraná e São Francisco e através

do sertão da Bahia. Os componentes do Regimento eram aí também muito unidos, fiéis à sua tradição e com experimentada capacidade de manobra.

De tal base parti para as tarefas de formar oficiais de tropa, de Estado-Maior e para o exercício de comandos. Sentia na Escola Militar de Realengo e na Escola do Estado-Maior o quanto o 12.º Regimento de Infantaria me havia ensinado e concorrido para o meu cabedal profissional. O mesmo sentimento me vinha quando servi no 15º Batalhão de Caçadores, no 13º Regimento de Infantaria e em outras organizações militares. Na FEB, em um ano de operações, entre Fôrças aliadas eu percebia, no fundo de minha conduta, o veio profissional que aqui nasceu na minha personalidade militar.

Também nesta Unidade eu conheci alguns dos aspectos mais difíceis da carreira das armas. Um, por exemplo, é a procura da conciliação, nem sempre fácil, mas sempre necessária, entre o espírito de iniciativa e a aceitação consciente da subordinação. Outro, o que envolve o abstrato, o figurado e o sentido de uma realidade, e consiste em viver a situação de combates hipotéticos. A imaginação e o conhecimento da tática aplicada e da história militar, ao lado de clarividente pertinácia, são os únicos meios capazes de permitir ao oficial manter o vigor em exercícios na carta e no terreno. Se não, a monotonia começa a rodeá-lo, ou mesmo a nostalgia de outros lugares e atividades outras. Daí, um dos motivos para a evasão das fileiras. A intervenção dos chefes é, então, da maior oportunidade, caracterizada sobretudo pela assistência aos subordinados nas ações simuladas, ou pela mudança de cargos e mesmo de guarnição. Num nível mais alto, situam-se também, e obrigatoriamente, medidas para que as batalhas e combates fictícios se façam em decorrência de hipóteses de guerra, as quais significam admitidas realidades possíveis. O grande mal é querer treinar a fôrça naval, terrestre ou aérea para a *guerra*, e não para *um tipo de guerra* com adequadas formas de operações. Não há qualquer sentido, o intelectualismo devaneia e o esforço humano e material se perde à falta de finalidades sempre atualizadas. Aí está, essencialmente, o fundamento conjuntural da doutrina militar, aquêla que justifica a própria existência das

Fôrças Armadas e que, perante a Nação, faz uma opção entre o necessário e o inútil à sua segurança interna e externa.

O meu Regimento ainda me proporcionou uma visão completa do papel social e cívico do Exército. No Colégio Militar assistira à evangelização de Olavo Bilac e, mais tarde, na Escola Militar, sentira o quanto as organizações militares prolongavam a pregação do inolvidável poeta e patriota. Se, antes, as duas Fôrças Armadas existentes eram apenas um instrumento de defesa do País e das instituições, quando aqui servi já se alargava a sua atividade como escolas de civismo e como agentes decisivos da própria integração nacional. Era sensível a identificação do Exército com a sociedade, sobretudo pela renovação anual dos sorteados. O jovem oficial, de outro lado, descobria no soldado as características do povo e ia, pela convivência com os conscritos, aos lugares de origem de cada um. A presença da oficialidade e de muitos sargentos a serviço exclusivo da Nação — fazia com que as Guarnições tivessem ainda mais uma expressão nacional e o aspecto regional fôsse apenas colorido de cada uma delas.

A experiência que angariei neste quartel foi mais longe ainda: compreender a destinação das Fôrças Armadas e saber onde está a legalidade. A insurreição parecia-me um direito a ser exercido por um indivíduo ou por um grupo com todos os riscos e os ônus, mas, para o aperfeiçoamento das instituições políticas, resguardo da eficiência militar e adiantada colocação do Brasil na América do Sul, julgava melhor, sopitando inclinações políticas, que as Fôrças Armadas atuassem em conjunto, com oportunidade e em face de uma necessidade indeclinável, a fim de assegurar o rumo certo do Brasil. Agindo reunidas e, como tal, sujeitas aos sucessivos escalões de comando, seriam elas já uma definição da própria ordem nacional e a garantia de um itinerário democrático e do progresso do País. A oportunidade e a necessidade corresponderiam, não ao simples desejo de tutelar a Nação, mas em discernir a ocasião e o imperativo de uma atuação de emergência a serviço da Nação. Não se cogita, então, de as Fôrças Armadas substituírem as instituições e empolgarem o Poder que deve governar o País, tendo-as inclusive sob seu supremo comando. Trata-se, ao contrário, de uma linha de conduta militar, nada sinuosa, ou alea-

tória, e nunca à mercê de interesses de grupos, fardados ou paisanos. Ao invés de militarismo, opera a militança, numa situação excepcional e em auxílio às aspirações nacionais. Desde 1962, por exemplo, fizeram apêlo ao «Exército do Povo» e às «Fôrças Armadas Populares», em ajuda a um grupo de políticos que queria desviar o Brasil de seu destino democrático e da luta por seu ordenado desenvolvimento, enquanto que, em 1964, atuaram, em consonância com a Nação, e decisivamente, as Fôrças Armadas, como «Instituições Nacionais e Permanentes». E está na lembrança de muitos que, no mês de março, ao fim do qual se desencadeou a Revolução que salvou o Brasil da subversão, da corrupção e da desordem financeira e econômica, os comandos pediam informações reiteradas sôbre se o movimento não implantaria uma ditadura militar e se seriam restauradas as instituições políticas e armadas, como era pensamento dominante nas guarnições das três Fôrças Armadas.

Nesse plano de considerações, o jovem oficial dêste Regimento, como os que viveram posteriores fases atormentadas da política brasileira, ainda podia observar a irregularidade de comportamentos individuais ou de grupos no meio militar. Primeiro, o porta-voz das aspirações militares e, a seguir, os propugnadores da união das Fôrças Armadas. Está provado que o método racional consiste em que os chefes, além de orientarem, devam auscultar os subordinados, e isso ao longo da cadeia de comandos. O grupo que se arroga o direito de falar em nome de sua corporação utiliza um recurso que, pouco a pouco, o transforma num elemento de perturbação. Ostenta uma autenticidade suposta, pois, no fundo, simula uma delegação que não possui. Impressiona, às vèzes, a opinião pública desinformada ou a políticos incautos e, não raro, corresponde a interesses de políticos conluiados. São, quase sempre, o elemento que, tãcitamente, deseja destruir a autoridade dos chefes ou procura tomar o lugar do comandante que oscila entre a expectativa e a omissão. Em relação à união das Fôrças Armadas, o processo consiste mais em invocá-la do que mesmo propugnar por ela. As corporações militares só podem estar unidas quando, além de coesas profissionalmente pela instrução e pelo enquadramento, se compenetraram de idéias e propósitos de ordem

nacional, não motivadas pela ânsia do carreirismo ou pela obsessão da escalada do poder, sempre expressa, em cada crise, por contumazes explorações do brio militar. Assim fala-se em união, e cria-se apenas a cizania. Os militares e civis que repetem tal expediente, via de regra, acostumam-se ao ofício, tornando-se, aqueles, profissionais do enrêdo e da desagregação, e, êstes, desmoralizados «amigos» dos militares. Uns, afastando-se dos deveres profissionais, desdobram-se em conspiratas, mas à hora do almejado desfêcho, parece que só carregam munição molhada nas cartucheiras. E os outros, os políticos, depois da eclosão frustrada, julgam-se traídos por «fôrças armadas que desertaram de sua missão histórica».

Senhores Oficiais:

Eu vos poderia enumerar muitos outros ensinamentos. Preferi, porém, selecioná-los e vos trazer os de maior utilidade.

Seria que, nesta sala de instrução de oficiais, pude reacender o singelo luzeiro do antigo instrutor de tropa, de cadetes e de oficiais? Sei seguramente que vos falei como vosso antigo camarada e também na condição honrosa de haver sido, em outro setor, vosso companheiro de revolução.

Sois de um Regimento que, no Exército brasileiro, tem sabido preencher finalidades e cumprir missões.

A história dêste corpo de tropa realça capacidade de manobra, tôda fundada na instrução, no enquadramento disciplinar e na autoridade de chefia.

O seu prestígio em Minas Gerais se baseia fundamentalmente na coesão que aqui sempre existiu.

Os combates e demais ações nas campanhas de 1924 a 1926 demonstraram eficiência operacional. A resistência de 1930 assinalou, por sua vez, o quanto vale uma tropa dotada de virtudes militares, de alto padrão de adestramento e de comandos identificados com os subordinados e com a missão. Aí, o espírito de sacrifício não tomou o lugar da energia na ação, mas, ao contrário, juntaram-se para reviver a antiga lenda do «12 Treme-Terra».

Os mortos em campanha e de 1930 estão nessa inscrição testemunhando a abnegação e o esforço para levar a termo o cumprimento da própria missão e da atribuída a seu Regimento.

A Revolução de 31 de Março de 1964 aqui também se apoiou, não só no vosso entusiasmo e espírito militar, como também na vossa tradicional qualidade de combatente. Integrando o dispositivo militar de Minas Gerais, correspondestes ao dessassombro e à iniciativa do comandante da Guarnição e do Chefe militar regional.

E' que os oficiais do 12.º Regimento de Infantaria sempre entretiveram o ideal militar. Não apenas uma influência espiritual, ou simplesmente um passatempo contemplativo. Mas, sim, convicção e força para a ação. Uma alta aspiração do Brasil democrático e desenvolvido. O Exército, no conjunto das Forças Armadas, entregue ao cumprimento de sua destinação e de suas finalidades. E tudo garantido pela eficiência militar, aquela que se consegue somente com oficiais, sargentos e soldados devotados aos mistéres da profissão das armas.

Que o meu antigo Regimento, que é o vosso, nunca perca o ideal militar. São os meus votos, o melhor agradecimento que eu posso transmitir ao vosso digno comandante, demais oficiais e praças.